



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2016

Tipo de Julgamento: Menor Preço Global

Processo nº 007/2016

Edital de Pregão Presencial para contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de uso, instalação, manutenção, treinamento, provimento de datacenter e suporte técnico para sistema informatizado de Gestão Pública em ambiente WEB, para o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, em conformidade com o anexo I, do presente Edital.

O Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí CI/JACUÍ, através de seu Presidente Sr. LEODEGAR RODRIGUES, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 13 horas e 30 minutos, do dia 15 de agosto do ano de 2016, na sala de reuniões deste Consórcio, sito na Rua Afonso Wietzke, 128, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento dos serviços descritos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93.

1. AQUISIÇÃO DO EDITAL E ACOMPANHAMENTO DO CERTAME:

- 1.1. O presente Edital e seus anexos encontram-se a disposição, para consulta de qualquer interessado, na sede do Consorcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, durante o período de publicação, de segunda a sexta feira, das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.
- 1.2. Alternativamente, a critério dos interessados, o Edital poderá ser obtido, gratuitamente, através da página oficial do Consorcio Intermunicipal do Vale do Jacuí na internet, no endereço eletrônico www.consorciojacui.com.br, ou através do e-mail licitacaocijacui@viavale.com.br
- 1.3. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no endereço eletrônico www.consorciojacui.com.br

2. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

- 2.1. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.
- 2.2. A sessão do processamento do pregão será realizada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, na sede do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, na Rua Afonso Wietzke, 128, Bairro Centro, Sobradinho/RS, CEP: 96.900-000, no **dia 15 de agosto de 2016, iniciando-se os trabalhos às 13 horas e 30 minutos.**
- 2.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o



primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

3. OBJETO:

3.1. O presente Edital tem por objeto a prestação dos seguintes serviços ao **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí**:

3.1.1. A empresa vencedora do presente certame será contratada para prover datacenter, softwares e serviços de informática, bem como treinamento, conforme padrões de desempenho e qualidade objetivamente descritos nos Anexos constantes deste Edital;

3.1.2. Os sistemas deverão atender todas as exigências indicadas neste edital, em especial ao disposto no Anexo I do Edital.

3.1.3. O prazo para implantação e perfeito funcionamento dos sistemas é de 90 (noventa) dias a contar a emissão da ordem de serviço de cada sistema.

3.1.4. O prazo de provimento de datacenter, programas e prestação de serviços de suporte será de 12 (doze) meses;

3.2. O valor máximo encontra-se no Anexo II deste edital.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão as empresas:

- a) do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;
- b) que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

4.2 É vedada a participação de empresa:

- a) concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, e, dissolução ou em liquidação ou recuperação judicial.
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenha sido declarada inidônea.
- c) que estejam reunidas em consórcio ou, ainda sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de conglomeração.
- d) estrangeiras que não funcionem no País.
- e) Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

4.2.1 A empresa que tenha sido declarada inidônea e que mesmo assim participar do processo licitatório estará sujeita às penalidades previstas no parágrafo único do art. 97 da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO CI/JACUÍ
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO CI/JACUÍ
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO



PROPONENTE (NOME COMPLETO)

6. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido pela **Lei Complementar nº 123/06**, alterada pela Lei complementar 147/2014, às microempresas e empresas de pequeno porte, licitantes que se enquadrem em qualquer dos incisos do § 4º, do art. 3º da Lei precitada.

6.2 Para usufruir dos benefícios estabelecidos na **Lei Complementar nº 123/06**, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nessa Lei, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Presencial, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte).

6.2.1 A não manifestação de enquadramento, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.

6.2.2 A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis.

6.3 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.4 Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço registrado para o item.

6.5 O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

6.6 A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

II – o direito de preferência previsto no inciso I será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no prazo máximo de cinco minutos para o item em situação de empate;

III - no caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no inciso I;

IV - na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.7 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 6.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a



regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

6.8.1 O tratamento favorecido previsto somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

7. DO CREDENCIAMENTO:

7.1. A proponente poderá credenciar representantes à licitação através de documento que lhe confira poderes para manifestações, impugnações e renúncia ao direito de interpor recursos, devendo ser entregue em separado dos envelopes 01 e 02, devendo apresentar os seguintes documentos:

7.1.1. Tratando-se de representante legal, o estatuto social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.1.2. Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 7.1.1., que comprove os poderes do mandante para a outorga.

7.1.3. O documento de credenciamento referido no item 7.1. deverá estar acompanhado de cópia da cédula de identidade ou documento equiparado do representante à licitação (representante legal ou procurador).

7.1.4. Será admitido até 02 (dois) representantes para cada licitante credenciada, sendo vedada a representação de mais de uma credenciada.

7.1.5. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo por autorização expressa do Pregoeiro.

7.1.6. Os licitantes deverão apresentar junto com ao Credenciamento, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital.

7.1.7. A Empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei complementar 147/2014, deverão apresentar fora dos envelopes no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

8. DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 1):

8.1. As licitantes deverão apresentar suas propostas em uma via, datilografadas/digitadas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado do particular, assinadas pelo representante legal, datadas, assinadas, com o nome e razão social da proponente, mesmo CNPJ indicado no documento exigido na subcondição 9.1.6., endereço e telefone atualizados, com, no mínimo, as seguintes informações:

8.2. A proposta deverá apresentar o valor proposto em reais (R\$), nos quais já deverão estar incluídos todos os custos para a prestação do serviço ora licitado, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação;

8.3. Prazo de validade da proposta igual ou superior a 60 (noventa) dias, a contar da data da sessão inaugural.

8.4. Apresentada a proposta, a proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente edital.

8.5. A proposta que não contemple a integralidade do item proposto será desconsiderada.



9. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02):

9.1. Para sua habilitação, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

9.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial;

9.1.3. O documento exigido no caso do licitante ser sociedade por ações, deverá estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.1.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.1.5. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de que o respectivo quadro de pessoal cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme determina a Lei Federal nº 9.885/99 (modelo Anexo IV);

REGULARIDADE FISCAL

9.1.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.7. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa relativo a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

9.1.8. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa de Débitos da Fazenda Estadual, expedida pelo órgão competente;

9.1.9. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa de Débitos da Fazenda Municipal, expedida pelo órgão competente;

9.1.10. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa de Débitos expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

9.1.11. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.

9.1.12. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pelo órgão competente;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.1.13. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da comarca da sede do licitante, nos últimos 60 dias que antecederam à sessão;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.14. **Declaração da empresa de que está ciente e de acordo com as cláusulas do Edital;**

9.1.15. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a experiência da licitante com softwares de gestão pública, nas áreas de maior relevância deste certame, as quais são:

Programas de Contabilidade Pública

Programas de Recursos Humanos

Programas de Compras e Licitações

9.1.16. A licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar DECLARAÇÃO, juntamente com as demais documentações, declarando que atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9.1.17. A licitante detentora da melhor oferta, caso tenha declarado se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar:

a) DECLARAÇÃO de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/06, conforme modelo constante do Anexo VI;



b) CERTIDÃO que ateste o enquadramento, expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal.

9.1.18. Os documentos extraídos via internet poderão ter seus dados conferidos perante o site correspondente.

9.1.19. As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias contados da data da emissão do documento.

10. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO:

10.1. Os envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação) deverão ser entregues no Protocolo Geral do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, até o horário previsto para o início da sessão inaugural.

10.2. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

10.3. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

10.4. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

10.5. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

10.6. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

10.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 10.5 e 10.6.

10.8. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

10.8.1 A diferença entre cada lance deverá ser definida pelos participantes juntamente com o pregoeiro e equipe de apoio nos minutos que antecedem o início da sessão de lances.

10.9. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente as penalidades constantes no item 21 (DAS SANÇÕES) deste edital.

10.10. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

10.11. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

10.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo,



comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

10.14. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

10.15. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem as exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 7;
- b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10.16. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

10.17. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, e análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

10.18. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Consórcio.

10.19. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

11.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

11.1.1. Deverá o pregoeiro encaminhar as impugnações imediatamente à autoridade competente para julgamento.

11.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo a licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, por escrito, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, sob pena de decadência do direito de recorrer.

12.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos



12.2.1. O prazo começará a contar do primeiro dia útil após a declaração do vencedor e, se o vencimento cair em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia útil seguinte.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, após a sessão pública, importará decadência do direito de recurso, encaminhando-se o procedimento para homologação e adjudicação de seu objeto.

12.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Se o Pregoeiro não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso ao Sr. Presidente do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, autoridade competente para julgá-lo.

12.7. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DO CONTRATO:

13.1. Ao vencedor deste certame será enviado o Contrato que deverá, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento, providenciar as assinaturas necessárias e devolvê-lo.

13.2. No caso de o convocado não assinar o contrato ou recusar-se a fazê-lo no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 5% (cinco por cento) do valor estimado para esta licitação, reservado o direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação e o disposto no inciso XXIII do art. 4º da Lei 10.520/02.

13.3. As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas também na Minuta do Contrato constante do Anexo VII, deste Edital.

13.4. No ato da assinatura do Contrato, a Contratada deverá indicar um preposto responsável pela sua representação institucional junto ao Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí.

14. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

14.1. No curso do contrato será admitida alteração do objeto que tenha sido solicitada pela fiscalização, ou, solicitada pela contratada e aprovada pela fiscalização, e após análise de viabilidade legal pela Assessoria Jurídica;

14.2. Qualquer alteração só poderá ser executada após a assinatura, pelas partes, de termo aditivo.

15. DO PRAZO:

15.1. O prazo da contratação será de até 12 (doze) meses, para provimento de datacenter, softwares e prestação de serviços de suporte;

15.2. Será facultado ao **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí** a prorrogação dos prazos para provimento de datacenter, softwares e serviços, por igual e sucessivo período até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, consoante a autorização do artigo 57, IV da Lei Federal nº 8.666/1993.

16. DOS ENCARGOS DA CONTRATADA:

16.1. A contratada deve arcar com as despesas relativas aos serviços, serviços auxiliares, débitos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, seguros e de responsabilidade civil resultantes da execução do contrato.

16.1.1. Considerar-se-ão incluídas no preço total proposto todas as despesas referidas no item



16.1.

16.2. Não haverá qualquer responsabilidade solidária do contratante pelas despesas indicadas na subcondição 16.1.

16.3. O contratante estará isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da contratada, sendo esta a responsável exclusiva por todos os débitos trabalhistas.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados, conforme especificado abaixo:

Órgão: 01 – Administração Geral

Unidade Orçamentária: 001 – Administração do Consórcio

Projeto Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades do Consórcio

Elemento da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de terceiros - pessoas jurídicas

18. DA REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA:

18.1. O valor do contrato ajustado entre as partes será liquidável da seguinte forma:

a) Implantação do sistema: o pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em uma parcela, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, com vencimento a contar 30 (trinta) dias da emissão da ordem de serviço e início dos serviços de implantação;

b) Licenciamento de uso de programas e suporte técnico operacional e provimento de datacenter: pagamentos em parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da 1ª (primeira) parcela em 30 (trinta) dias da instalação do sistema;

c) Customizações, atendimento técnico local e atendimento via conexão remota: valor por hora técnica autorizada e efetivada, a ser pago em conjunto com as parcelas mensais.

18.2. Em caso de atraso nos pagamentos supracitados, incidirão sobre os mesmos, multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

19.1. O contratante se obriga a:

a) Promover, através de cada entidade envolvida, o recebimento e a fiscalização do contrato, quanto ao aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo avençadas.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1. Além de outras obrigações estipuladas neste termo, ou estabelecidas em Lei, constituem ainda obrigações da Contratada:

a) Efetuar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação, a assinatura do contrato objeto deste certame.

b) Observar as especificações contidas nos anexos deste edital, principalmente os que tratam das especificações técnicas do objeto licitado.

c) Entregar todos os sistemas referenciados no objeto do edital.



- d) Designar profissional como responsável pelo contrato, que deverá acompanhar as entregas, e participar das reuniões de acompanhamento, informando à Administração, os telefones e endereços do responsável técnico.
- e) Realizar suporte técnico operacional ao sistema ofertado obedecendo às especificações no edital.
- f) Tratar confidencialmente qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira dos contribuintes ou terceiros e sobre a natureza ou estado de seus negócios ou atividades, que tomar conhecimento em razão da prestação dos serviços objeto deste Termo.
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na fase habilitatória da licitação.
- h) Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da compra.
- i) Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente.

21. DAS SANÇÕES:

- 21.1 O Contratante poderá aplicar à Contratada multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas
- 21.2. Em caso de rescisão unilateral prevista na condição 22, poderá o Contratante:
- 21.2.1. aplicar multa de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato devidamente atualizado, independente de outra(s) que já tiver(em) sido aplicada(s);
- 21.2.2. e determinar a suspensão temporária de participar em licitação e o impedimento de contratar com o CI/Jacuí, pelo período de até 02 (dois) anos.
- 21.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento seguinte a que a contratada tiver direito.
- 21.4. O Contratante poderá cobrar o valor das multas administrativa e judicialmente.
- 21.5. O pagamento de multa pela Contratada não a exime da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que o produto acarretar ao contratante.
- 21.6. Nenhuma penalidade poderá ser aplicada, sem o prévio e justo processo administrativo.
- 21.6.1. O processo administrativo iniciará com o recebimento de notificação pela Contratada.

22. DA RESCISÃO:

- 22.1. Poderá o Contratante promover processo administrativo de rescisão unilateral do contrato, nos seguintes casos:
- 22.1.1. Soma do valor da(s) multa(s) prevista(s) na condição 20 aplicadas à Contratada superior a 15 % sobre o valor total do contrato atualizado;
- 22.1.2. Falência, insolvência ou impossibilidade de cumprimento de obrigação por parte da contratada.
- 22.1.3. E ocorrência de qualquer dos motivos previstos no art. 78, da Lei nº 8.666/93.
- 22.2. Em caso de rescisão unilateral, a **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí** poderá, ainda, convocar as outras licitantes na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda as condições do edital.
- 22.3. As partes poderão, ainda, promover amigavelmente a rescisão unilateral do contrato.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 23.1. Qualquer pessoa, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, poderá solicitar esclarecimentos referentes ao processo licitatório.
- 23.2. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a).



23.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

23.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de telefone.

23.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do CI/Jacuí, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

23.6. Os documentos serão autenticados por servidor do CI/Jacuí, a partir do original, até as 16h 30min do dia anterior à data marcada para início da sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes.

23.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

23.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

23.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).

23.10. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência/ Projeto Básico;

Anexo II – Planilha de Preços;

Anexo III – Proposta de Preços;

Anexo IV – Modelo de Declaração.

Anexo V – Modelo de Credenciamento;

Anexo VI – Modelo de Declaração de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/06.

Anexo VII – Minuta do Contrato.

24. DO FORO

24.1. Para dirimir questões emergentes desta licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Sobradinho/RS, com renúncia expressa a qualquer outro.

Sobradinho, 1º de agosto de 2016.

Leodegar Rodrigues
Presidente CI/Jacuí

Este edital se encontra examinado
e aprovado por esta Assessoria
Jurídica.

Em -----/-----/-----.

OAB nº



PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem como objeto principal a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso, instalação, manutenção, treinamento, provimento de datacenter e suporte técnico para sistema informatizado de Gestão Pública em ambiente WEB, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí.

1.1 DETALHAMENTO DO OBJETO:

- a) Serviços de implantação (incluindo conversão de dados) e treinamento de usuários;
- b) Contratação de empresa especializada em sistemas de informática para provimento de *data center* e licenciamento de programas web;
- c) Serviços de suporte técnico;
- d) Serviços de manutenção legal e corretiva do sistema provido.

1.2 SISTEMAS:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí:

- a) Programas de Planejamento (PPA, LDO e LOA)
- b) Programas de Contabilidade Pública;
- c) Programas de Compras e Licitações;
- d) Programas de Recursos Humanos e Folha de Pagamento;
- e) Programas de Patrimônio;
- f) Programas de Portal da Transparência.

1.3 ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS:

Serviços a serem contratados:

- a) Implantação dos softwares com (diagnóstico de ambiente, configuração do aplicativo, migração, capacitação e treinamento dos usuários e acompanhamento inicial de operação);
- b) Locação de softwares;
- c) Suporte técnico operacional;
- d) Suporte técnico local e via acesso remoto.
- e) Customização dos softwares

Para cada um dos módulos aplicativos, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de:

- Entrega, instalação e configuração do módulo aplicativo;
- Adequação de relatórios, leiautes e logotipos;
- Configuração inicial de tabelas e cadastros;
- Estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários.

1.4 PRAZOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO:



1.4.1 O prazo máximo para execução dos serviços a serem contratados é de **90 (noventa) dias**, contados da emissão da ordem de serviço (que será emitida em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato) pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUÍ.

1.4.2 Migração e implantação inicial de bases de dados e tabelas:

- Deverá compreender a conclusão da alimentação das bases de dados e tabelas para permitir a utilização plena de cada um dos módulos aplicativos. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário à implantação efetiva do Sistema é de responsabilidade do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, com o suporte da empresa provedora do Sistema.
- Considera-se necessária a migração efetiva dos seguintes dados:
 - Informações pertinentes ao exercício corrente áreas contábil, orçamentária e financeira;
 - Informações pertinentes acerca de licitações e contratos não extintos;
 - Informações históricas acerca da área de recursos humanos;
- A migração de informações do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, até a data de execução desta fase são de responsabilidade da empresa fornecedora dos softwares, cabendo a contratante a disponibilização dos backups em formato legível das atuais bases de dados, e a posterior conferência dos dados.
- Os serviços de implantação deverão ser executados nos prazos abaixo (limite máximo), contados da expedição da Ordem de Serviço.
- Considerar-se-á os serviços de implantação concluídos quando este Consórcio estiver processando as rotinas diárias de pagamento, empenhamento, geração de folha de pagamento, e serviços de autoatendimento aos usuários externos.

1.4.3 Treinamento e Capacitação.

- A empresa vencedora deverá apresentar o Plano de Treinamento e realizá-lo durante o período definido para a implantação do sistema, destinada à capacitação dos usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos sistemas / módulos, abrangendo os níveis funcional e gerencial, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:
 - Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
 - Público alvo;
 - Conteúdo programático;
 - Carga horária de cada módulo do treinamento;
- O treinamento para o nível técnico compreendendo: capacitação para suporte aos usuários, aspectos relacionados a configurações, monitoração de uso e permissões de acesso, permitindo que a equipe técnica possa propiciar o primeiro atendimento aos usuários, ou providenciar a abertura de chamado para suporte pela proponente.
- As turmas devem ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não poderá ter mais de 20 (vinte) participantes;
- A empresa vencedora deverá realizar treinamento de no mínimo 08 horas por módulo relacionado no sistema, atendendo a todas as funções de cada módulo;
- Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos funcionários que tiverem comparecido a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.



- Os equipamentos disponíveis serão no mínimo de um microcomputador para cada dois participante, podendo esta utilizar-se das dependências do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, devendo em todo caso haver disponibilidade de uma impressora, na sala de treinamento, para testes.

1.5 SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA:

- Estão compreendidos nos serviços de suporte operacional (garantia de funcionalidade e operabilidade nos softwares objeto da licitação) a resolução de dúvidas operacionais nos softwares aos usuários do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí via chat ou VoIP ou telefone convencional, devendo a proponente contar com esses tipos de tecnologias, já previstos na manutenção mensal.
- Esse tipo de serviço deve ser realizado para esclarecimentos de dúvidas do(s) servidor (es), sempre acompanhada por responsável que estará no ambiente interno do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí.
- Quando se tratar de intervenção no sistema (alterações), para inclusão de novas ferramentas não previstas no conjunto original do software, via conexão remota, ou seja, através de programas como NetMeeting, logmein, ultravnc e outros (demanda variável) dependerá de apresentação de orçamento específico, a ser apresentado caso a caso, atendendo solicitação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí.
- A proponente deverá promover a contínua atualização legal dos softwares do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, na versão adquirida, e possíveis relases, de forma que o objeto deste edital atenda a legislação federal e estadual vigente, sem custo adicional para a contratante.

1.6 DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (PAGOS POR HORA TÉCNICA):

a) Atendimento técnico via conexão remota e atendimento técnico local:

- No que tange as intervenções técnicas locais, devem ser realizadas no ambiente do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, somente quando constatado que a inconsistência/erro exige tal disposição, devendo primeiramente observar a proponente via conexão remota (via NetMeeting, logmein, ultravnc e outros) a possibilidade de sua resolução, sem custo adicional para a contratante.
- Constatando a proponente ser necessário o atendimento local, deve primeiramente enviar orçamento a contratante para ser aprovado, da mesma forma com o trabalho via conexão remota, antes da realização do atendimento.
- Os referidos serviços serão pagos por hora técnica solicitada e autorizada, estando aqui inclusos os serviços de capacitação e treinamento, pós-implantação, operação do sistema e outros que exijam profundo conhecimento sobre os aplicativos.
- Erros, inconformidades causados pelos usuários dos softwares do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, ou por fatores alheios aos aplicativos (vírus e afins) serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada.

b) Serviços de capacitação e treinamento (pós-implantação):

- Havendo necessidade, decorrente de novas releases dos softwares e rodízio de pessoal, a CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUÍ convocará a proponente para efetivação de programa de treinamento de usuários. Estes treinamentos serão realizados em



ambiente a ser fornecido pelo contratante, e serão pagos por hora técnica autorizada e efetivada, que ultrapassem os dois eventos anuais definidos na capacitação continuada.

c) Customização de softwares:

• Entende-se por customização os serviços de pesquisa, análise, desenvolvimento, avaliação de qualidade e homologação de softwares, por solicitação da contratante, a ser orçada e paga por hora técnica. Nestes serviços estão compreendidos, dentre outros, a implementação de novas telas, relatórios e outras especificidades não abrangidas nas descrições obrigatórios mínimas dos programas/módulos constantes deste termo de referência.

1.7 AMBIENTE COMPUTACIONAL:

• Todo o sistema de informações e programa será mantido em datacenter da empresa a ser contratada;

1.8 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS OBRIGATÓRIAS A TODOS OS SISTEMAS / MÓDULOS:

As características abaixo são de cumprimento obrigatório a todos os programas objeto da licitação.

| ESPECIFICAÇÕES GENÉRICAS | |
|---------------------------------|---|
| 1 | Os sistemas devem ser desenvolvidos em linguagem nativa para Web (Java, PHP, C# ou outra operável via Internet), não deverá ser utilizado nenhum recurso tecnológico como: runtimes e plugins para uso da aplicação, exceto em casos onde houver necessidade de software intermediário para acesso a outros dispositivos como leitor biométrico, impressoras, leitor de e-CPF/e-CNPJ, por motivos de segurança de aplicações web. |
| 2 | O software Web deve ser acessível nas estações de trabalho (clientes) pelo menos nos seguintes navegadores: Internet Explorer (versão 9 ou superior), Firefox (versão 14 ou superior), Chrome (versão 18 ou superior) e Safari (versão 5 ou superior). |
| 3 | Os softwares necessários para execução do sistema nos servidores da contratante, tais como Servidor Web, Banco de Dados, e outros necessários para execução do software, devem ser compatíveis com sistema operacional Linux e Windows. |
| 4 | Estruturado com “modelagem de dados que considere a entidade como um todo”, isto é, com estrutura de tabelas sem redundância, sem softwares intermediários para fazer o intercâmbio da informação, especialmente as consideradas como de uso comum pelos diversos usuários, dentre as quais: - Cadastro de pessoas. - Cadastro de bancos. - Cadastro de bairros, logradouros, cidades, estados e países. - Cadastro de Produtos, Unidades de Medidas, Classificação e Marcas de Produto. - Cadastro de Assinantes. - Cadastro de Órgãos de Regulamentação de Profissão. - Cadastro de Feriados. - Cadastro de Leis, Portarias, Decretos e demais textos jurídicos. - Cadastro de Unidades funcionais da Associação (Centro de Custos). |
| 6 | As Tabelas de Cidade, estado e país incluindo os relacionamentos entre elas devem ser disponibilizadas pela ferramenta de gestão e atualizadas periodicamente (manual ou automaticamente) sem que haja necessidade de manutenção desses dados pelos usuários, salvo |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|----|--|
| | quando estrangeiro. |
| 7 | A consulta de cidades deverá disponibilizar pesquisa através das seguintes chaves de acesso: Nome da Cidade, Nome do Estado, Sigla do Estado, CEP, Código DNE, Código Receita Federal, Código IBGE, como forma de facilitar o acesso a informação. |
| 8 | O cadastro de pessoas deve possuir as seguintes funcionalidades: <ul style="list-style-type: none">- Permitir definição do tipo da pessoa: física ou jurídica.- Endereços da pessoa, permitindo que seja cadastrado pelo menos: endereço comercial, endereço residencial e endereço para correspondência. Estes endereços devem ser vinculados ao cadastro de logradouros, evitando assim a redundância das informações.- Contatos da pessoa, permitindo que sejam cadastradas várias formas de contato, como: Telefone Residencial, Telefone Celular, E-mail, com possibilidade de adicionar outros contatos.- Possibilidade de definição dos dependentes da pessoa. Estas informações de dependentes devem ser únicas, onde um dependente deverá ser cadastrado como pessoa, sendo que estas informações podem ser utilizadas na Folha de Pagamento para fins de Salário Família e Imposto de Renda.- Possibilidade de enquadrar uma pessoa em um ou mais órgãos de regulamentação de profissão, ex: CRC, CRM, OAB.- Disponibilizar opção de cadastrar os dados das contas bancárias da pessoa, podendo estes ser utilizados pela Folha de Pagamento para pagamentos de funcionários e/ou Pagamento de Credores na Tesouraria.- Deve ser permitido anexar diversos arquivos digitais que estejam relacionados a pessoa.- A contratante deverá quando necessário ter a possibilidade de adicionar novas informações ao cadastro de pessoas, disponibilizando inclusive as opções de consulta, pesquisa e impressão destas informações. |
| 9 | O Cadastro Único de Leis, Portarias, Decretos e demais textos jurídicos, deve ser utilizado em todo o sistema de gestão, devendo ser relacionado pelo menos nas seguintes funcionalidades: <ul style="list-style-type: none">-Suprimentos: Comissões do Almoxarifado, Comissões de Licitação do Compras, Fiscal de Contratos ou Obras, Movimentação de Baixa Patrimonial.- Contábil: Aprovação do PPA, LDO e LOA, Alterações Orçamentárias, Controle de Diárias, Lei Autorizativa da Dívida Fundada, Subvenções Patrimoniais, Empenho.- Folha de Pagamento: Cargos e seus níveis, Vagas do Cargo, Concursos, Homologação das Etapas dos Concursos, Especialidades dos Concursos, Portarias.- Demais sistemas: Cadastro de Advogados, Logradouro, Pareceres do Controle Interno. |
| 10 | Possuir recurso de acesso as funcionalidades disponíveis no menu dos diversos módulos ao mesmo tempo, em uma única área de trabalho (aba dentro de uma única instância do navegador), sem necessidade de novo login, através do uso de janelas, podendo inclusive: <ul style="list-style-type: none">- minimizar.- restaurar.- maximizar (quando a funcionalidade permitir)- alternar entre as janelas abertas. |
| 11 | Controlar as permissões de acesso ao sistema através de cadastros de usuários. Contendo as seguintes funcionalidades: <ul style="list-style-type: none">- O usuário deve obrigatoriamente ser relacionado a uma pessoa única do sistema, não permitido que seja cadastrado para o usuário informações já disponíveis na pessoa, tais como nome, e-mail, etc.- Definição de Grupos de Usuários, permitindo relacionar o usuário a um ou mais grupos. |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|----|--|
| | <ul style="list-style-type: none">- Definição de senha para o usuário, bem como a possibilidade de configurar intervalo de dias e data fixa para a expiração da senha. Quando a expiração ocorrer deverá o usuário no momento de login definir uma nova senha.- Possibilitar ao administrador a desativação do usuário.- Caso a pessoa relacionada ao usuário seja um funcionário verificar no momento do login restrições do funcionário como: Demitido, Em férias e outras se existirem e não permitir acesso ao sistema de gestão nestas situações. |
| 12 | Controlar as permissões de acessos por usuário e grupo de usuários, com definição das permissões de consulta, alteração, inclusão, exclusão e outras operações como: imprimir, estornar, cancelar, calcular, desativar, etc., quando disponíveis, por telas individualmente. |
| 13 | O Sistema Gerenciador de Banco de Dados deve ser do tipo relacional, sem limitações no tamanho da base de dados e número de conexões. No caso de banco de dados que necessitam de aquisições de licenças, estas deverão ficar a cargo da contratada. |
| 14 | Garantir a integridade das informações do banco de dados em casos de queda de energia, falhas de software ou hardware, utilizando o conceito de controle de transações. |
| 15 | Garantir a integridade referencial de arquivos e tabelas, não permitindo a baixa de registro que tenha vínculo com outros registros ativos via software e pelo banco de dados. |
| 16 | Possuir acesso através do sistema a opção de Ajuda Online, de forma que o usuário possa esclarecer dúvidas pertinentes ao sistema com a contratada através de chat. |
| 17 | O software Web desenvolvido pela proponente por motivos de segurança de aplicações web deve ser acessível por protocolo HTTPS, ficando a cargo da contratante a aquisição de certificado de uma entidade fornecedora para funcionalidades executadas nos servidores do ambiente interno. |
| 18 | As validações básicas dos objetos de entrada de dados (campo, lista, etc) devem realizadas diretamente no cliente. Considerar validações básicas como: formato de data, data válida, número válido de CPF, CNPJ e PIS, informações obrigatórias, onde não há necessidade de requisições ao servidor evitando tráfego de dados desnecessário. |
| 19 | Todas as telas de consulta do software web desenvolvido pela proponente devem disponibilizar no mínimo os seguintes recursos: <ul style="list-style-type: none">- Informar e adicionar filtros personalizáveis pelas chaves de acesso disponíveis ao cadastro, de maneira isolada ou combinada;- Utilizar diversos operadores de consulta, sendo que no mínimo os seguintes são obrigatórios: Menor ou igual, Maior ou igual, Igual, Contem, Não Contém, Contido em, Não contido em, Inicia com, Termina com e Entre.- Especialmente os operadores de conjunto da consulta: “Contido em” e “Não contido em”, devem disponibilizar opção para informar dados por intervalo e intercalado, ex: 1,2,10-15, ou seja, o valor 1 e o valor 2, incluindo os valores de 10 a 15.- Disponibilizar opção de ordenação das colunas disponíveis na consulta, incluindo a possibilidade de utilizar mais de uma coluna ao mesmo tempo para ordenar os dados nos formatos ascendente (do menor para o maior) e descendente (do maior para o menor).- Permitir a impressão da visualização atual da consulta, com opção de informar: título, formato de saída, linhas zebreadas, totalizadores de coluna.- Possibilidade de alterar o posicionamento, bem como o tamanho das colunas disponíveis na consulta.- A consulta deverá disponibilizar recurso para seleção múltipla de registros, para que operações consideradas comuns para todas as linhas selecionadas possam ser executadas em |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|-----------------------------------|---|
| | <p>lote, como por exemplo: excluir, imprimir e selecionar (quando for o caso).</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponibilizar opção que permita ao usuário salvar o estado atual da consulta, elaborada por ele, para que em acessos posteriores o mesmo possa visualizar a consulta no estado salvo anteriormente. |
| 20 | <p>Os relatórios gerados pelo sistema devem permitir exportação para no mínimo os seguintes formatos: PDF, HTML, DOC, XLS.</p> |
| 21 | <p>Armazenar uma cópia de todos os Relatórios emitidos pelo sistema, identificando cada um por um código único a ser impresso junto com o relatório em todas as páginas, possibilitando o acesso e nova impressão da cópia armazenada no ato da emissão original do relatório quando solicitado. Deve-se ter acesso a informações como: filtros utilizados para impressão, usuário que emitiu, data e hora de emissão.</p> |
| 22 | <p>Possibilitar alternância entre entidades configuradas para um mesmo módulo sem que seja necessário sair do módulo atual.</p> |
| 23 | <p>Permitir consulta ao log de todas as operações realizadas no sistema, exibindo no mínimo as seguintes operações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tipo da Operação (inclusão, alteração e exclusão)- Tabela Alvo.- Usuário que realizou a operação.- Data/Hora.- Tela em que foi realizada a operação.- IP da estação que realizou a operação.- Informações da Operação, sendo que deverá conter: na inclusão todas as informações do registro incluído, na alteração os dados do registro antes da alteração e os novos dados após a alteração, na exclusão os dados do registro excluído. |
| 24 | <p>Permitir que o usuário indique as rotinas de maior importância, disponibilizando-as em área do sistema de rápido acesso, podendo acessar as mesmas de qualquer parte do sistema, considerando os privilégios disponíveis para o usuário.</p> |
| 25 | <p>Permitir acesso as telas de consulta de dados relacionados, através de telas de manutenção conforme contexto da informação a ser pesquisada através de tecla de atalho, e recurso de auto-completar. Ex: No cadastro imobiliário ao solicitar informação do proprietário, permitir pesquisar o código do mesmo através da tela de consulta de pessoas e também se utilizando do recurso de auto-completar, informando parcialmente o nome e o sistema filtrando as possíveis pessoas.</p> |
| 26 | <p>A navegação entre os campos da tela deve poder ser realizada através da tecla Enter e Tab.</p> |
| 27 | <p>Disponibilizar recurso de validação de dados de entrada em etapas através do uso de assistentes, onde somente é possível avançar no cadastro/processo quando a etapa atual estiver completamente validada.</p> |
| Programas de Planejamento: | |
| PPA – Plano Plurianual | |
| 1 | <p>Registrar as audiências públicas realizadas para elaboração do PPA, LDO e LOA as sugestões da sociedade obtidas nas audiências e a avaliação dessas sugestões.</p> |
| 2 | <p>Anexar atas da audiência pública e permitir a baixa dos arquivos anexados.</p> |
| 3 | <p>No cadastro do PPA escolher o grau do plano de contas a ser utilizado para a informação das receitas e o tipo de fonte de recursos (analítica ou sintética)</p> |
| 4 | <p>Cadastrar os vínculos para o PPA de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas.</p> |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|----|--|
| 5 | Permitir importar vínculos utilizados na LOA a cada novo PPA elaborado. |
| 6 | Cadastrar os programas de governo, com as seguintes informações: situação (em andamento, paralisado ou concluído), objetivo, diretrizes, público alvo, fonte de financiamento e gerente responsável. |
| 7 | Permitir importar as ações e programas da LOA para cada novo PPA elaborado. |
| 8 | Permitir criar código reduzido para despesa do PPA composto de órgão, unidade, função, subfunção, programa e projeto/atividade com o objetivo de facilitar a execução orçamentária. |
| 9 | Permitir Importar as receitas e despesas de PPA anterior e da LOA. |
| 10 | Cadastrar a programação da receita, possibilitando a identificação de cada fonte de recurso. |
| 11 | Permitir informar as receitas do PPA por meio de rateio automático para cada conta de receita e suas respectivas fontes de recursos. |
| 12 | Efetuar projeção de cálculo para obter a previsão do total a ser arrecadada e do total a ser gasto para cada ano do PPA. |
| 13 | Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita do PPA, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica. |
| 14 | Consultar o orçamento da receita e da Despesa do PPA com valor orçado atualizado até a data selecionada. |
| 15 | Informar as metas físicas e financeiras da despesa do PPA, com a indicação da destinação de recursos, distribuindo as metas para cada exercício do PPA e permitir atualizar essas metas durante a execução orçamentária do PPA. |
| 16 | Cadastrar a previsão das transferências financeiras, identificando a entidade a que se destina. |
| 17 | Permitir acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica. |
| 18 | Permitir consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária. |
| 19 | Confrontar as receitas e despesas do PPA por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo os valores orçados atualizados até a data selecionada. |
| 20 | Emitir relatórios gerenciais de receitas, despesas por fonte de recursos e das transferências financeiras. |
| 21 | Emitir os relatórios consolidando uma ou mais entidades e trazendo a posição atualizada do orçamento até a data selecionada: Demonstrativo das Receitas Demonstrativo das Despesas Meta Financeira por Órgão e Unidade Meta Física por Programa e Ação Programas Programas Detalhados Anexo PPA Analítico Anexo PPA Sintético Detalhamento Órgão/Unidade Físico/Financeiro Receita por Ano Receita Global |
| 22 | Emitir relatório de compatibilização entre receitas e despesas do PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada e relatório de compatibilização das metas de despesas entre PPA/LDO/LOA com posição atualizada até a data selecionada. |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias | |
|--|---|
| 23 | No cadastro da LDO escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado e o tipo de fonte de recursos (analítica ou sintética) |
| 24 | Cadastrar os vínculos para a LDO de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas. |
| 25 | Permitir a inclusão de alterações orçamentárias para a receita da LDO, bem como a consulta de todas as alterações incluídas, e de uma receita específica. |
| 26 | Permitir consultar o orçamento da receita e da despesa da LDO com valor orçado atualizado até a data selecionada. |
| 27 | Não permitir a inclusão de prioridades que não estejam previstas no PPA. |
| 28 | Permitir atualizar as metas físicas da LDO e inserir as metas físicas realizadas. |
| 29 | Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica. |
| 30 | Consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária da despesa. |
| 31 | Confrontar as receitas e despesas da LDO por fonte e destinação de recursos, consolidando uma ou mais entidades e trazendo valor orçado atualizado até a data selecionada. |
| 32 | Emitir os relatórios gerenciais consolidando uma ou mais entidades e com valor orçado atualizado até a data selecionada: Demonstrativo das Receitas Demonstrativo das Despesas Programas de Trabalho |
| Lei Orçamentária Anual – LOA | |
| 33 | Cadastrar os vínculos para a LOA de acordo com tabela definida pelo Tribunal de Contas. |
| 34 | Cadastrar a programação da receita e da despesa, possibilitando a identificação de cada fonte e destinação de recurso. |
| 35 | Permitir importar as receitas e despesas da LOA anterior e da LDO. |
| 36 | Permitir informar as receitas da LOA por meio de rateio automático para cada conta de receita e suas respectivas fontes de recursos. |
| 37 | Permitir o cadastro da previsão da receita com informação da entidade responsável pela arrecadação. |
| 38 | Permitir a inclusão de reestimativa de receitas mantendo o histórico das inclusões. |
| 39 | Permitir a inclusão de novas naturezas de receita não previstas na LOA. |
| 40 | Efetuar os lançamentos contábeis de alteração orçamentária de receita automaticamente na contabilidade. |
| 41 | Consultar o orçamento de receita e despesa da LOA com valor orçado atualizado até a data selecionada, consolidando uma ou mais entidades. |
| 42 | Cadastrar as despesas que compõem o orçamento, com identificação do elemento de despesa, destinação de recursos e valores. |
| 43 | Permitir nas alterações orçamentárias, adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para uma mesma Lei ou decreto. |
| 44 | Acompanhar o histórico das alterações orçamentárias por ordem cronológica. |
| 45 | Permitir para cada alteração orçamentária de despesa, a visualização de seus respectivos lançamentos contábeis. |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|------------------------------|--|
| 46 | Gerenciar as dotações constantes no orçamento do município decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários. |
| 47 | Consolidar duas ou mais entidades nas rotinas de previsão de receita, despesa, transferência financeira e alteração orçamentária. |
| 48 | Disponibilizar no início do exercício, o orçamento aprovado para a execução orçamentária, demonstrando os valores de receita, despesa, transferência financeira e os dados da Lei que o aprovou. |
| 49 | Permitir cadastrar o cronograma mensal de desembolso por entidade. |
| 50 | Permitir cadastrar o valor mensal das metas de arrecadação por entidade. |
| CONTABILIDADE PÚBLICA | |
| 1 | Gerar automaticamente os lançamentos de abertura do orçamento anual demonstrando na rotina o total a ser lançado de receita e de despesa. |
| 2 | Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício, mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado. |
| 3 | Efetuar automaticamente na abertura do exercício os valores de superávit na fonte de recurso correta, para cada conta bancária. |
| 4 | Permitir efetuar prévia de encerramento do exercício, com geração de lançamentos contábeis, a qualquer momento da execução orçamentária para conferência dos relatórios. |
| 5 | Permitir excluir os lançamentos de prévia de encerramento para voltar aos valores originais da execução orçamentária. |
| 6 | Efetuar antes do encerramento consistência da base de dados com emissão de relatório de inconsistências. |
| 7 | Permitir a anulação de empenhos estimativos para que os mesmos não sejam inscritos em restos a pagar. |
| 8 | Efetuar a inscrição dos restos a pagar individualmente para os empenhos do exercício que serão inscritos e para os restos de exercícios anteriores, demonstrando quais os valores processados e não processados. |
| 9 | Efetuar o encerramento do exercício em etapas, permitindo ao usuário o acompanhamento e a conferência dos valores a cada etapa. |
| 10 | Efetuar os lançamentos contábeis de encerramento do exercício automaticamente. |
| 11 | Permitir a cópia das notas extra-orçamentárias a pagar para o exercício seguinte. |
| 12 | Permitir a desmovimentação do encerramento do exercício, da inscrição dos restos a pagar e das notas extra-orçamentárias separadamente. |
| 13 | Permitir a transferência automática dos saldos de balanço para o exercício seguinte, no encerramento do exercício. |
| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | |
| 14 | Cadastrar as obras executadas pela entidade e emitir relatório de empenhos por obra. |
| 15 | Na rotina de empenho, permitir a visualização do saldo da dotação, atualizado até a data de emissão do empenho e também até a data atual, não permitindo em nenhuma das duas situações que o valor do empenho seja superior ao saldo da dotação. |
| 16 | Nos empenhos globais permitir que seja informado o número e ano de contrato. |
| 17 | Inscrever as contas contábeis automaticamente no sistema de compensação dos empenhos que |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|----|---|
| | gerem adiantamento de valores e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas. |
| 18 | Permitir visualizar todos os campos do empenho no momento da alteração. |
| 19 | Possibilitar a distinção de contribuinte autônomo objetivando geração de arquivo para SEFIP. |
| 20 | Emitir prévia e geração automática de empenhos da folha de pagamento. |
| 21 | Permitir liquidar todos os empenhos provenientes da folha de pagamento gerados num determinado período simultaneamente. |
| 22 | Ser integrado com o sistema de compras e emitir os empenhos das ordens de compras, selecionando várias ordens aleatoriamente para empenhar. |
| 23 | No estorno de empenhos gerados através de ordens de compra permitir estornar também os itens da ordem. |
| 24 | Permitir o cancelamento de restos a pagar demonstrando no momento do cancelamento o valor processado e não processado. |
| 25 | Efetuar automaticamente nas contas de receita as retenções cujos valores pertencem ao Município. |
| 26 | Gerar automaticamente as notas de despesa extra-orçamentária para as retenções que são passíveis de recolhimento. |
| 27 | Validar na liquidação, a emissão documento fiscal duplicado para mesmo fornecedor. |
| 28 | Permitir estorno total ou parcial tanto do saldo da liquidação quanto do valor das retenções, possibilitando a substituição ou alteração dos documentos fiscais. |
| 29 | Efetuar automaticamente os lançamentos contábeis orçamentários, patrimoniais e financeiros na emissão de empenho, estorno de empenho, liquidação, estorno de liquidação e cancelamento de restos a pagar. |
| 30 | Emitir nota de empenho, nota de estorno de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de liquidação. |
| 31 | Permitir que, nas rotinas de Empenhos, Restos a Pagar e liquidação de empenho seja possível anexar documentos em forma digitalizada. |
| 32 | Permitir na emissão do empenho, na liquidação e no pagamento a validação da existência de débitos do credor com a entidade. |
| 33 | Controlar os saldos das dotações orçamentárias em tempo real não permitindo bloquear ou empenhar sem que exista saldo disponível. |
| 34 | Permitir o bloqueio de dotações, por valor e por percentual (%), efetuando os respectivos lançamentos contábeis. |
| 35 | Possuir consulta dos bloqueios de dotação por tipo de modalidade de licitação. |
| 36 | Ter consulta de superávit financeiro por fonte de recursos demonstrando para cada fonte, os valores já utilizados e o saldo disponível para suplementação e permitindo a impressão dessa consulta. |
| 37 | Gerenciar as multas de trânsito, identificando o infrator, o valor da multa, os ressarcimentos já efetuados, bem como os lançamentos contábeis de controle. |
| 38 | Possuir consulta de excesso de arrecadação por conta de receita e por fonte de recursos consolidando por entidade e emitindo o relatório da consulta. |
| 39 | Possuir os seguintes relatórios com gráficos comparativos para apresentação em audiências públicas: |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|-------------------|---|
| | Amortização da Dívida Ata da Audiência Pública Avaliação das Metas de Resultado Nominal Avaliação das Metas do Resultado Primário Avaliação dos Gastos com Pessoal Comparativo de receita e despesa Avaliação das Metas de Arrecadação Confronto Arrecadação x Desembolso Demonstrativo das Transferências Financeiras Demonstrativo Metas Investimento Demonstrativo Suprimentos da Associação Indicadores de Gastos com Saúde Indicadores de Gastos com Educação Renúncia de Receita |
| FINANCEIRO | |
| 40 | Possuir total integração com o sistema contábil efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria. |
| 41 | Permitir o cadastro de uma ou mais fontes de recurso para a mesma conta bancária. |
| 42 | Incluir várias receitas orçamentárias simultaneamente tendo como contra partida uma única conta bancária. |
| 43 | Permitir a informação da fonte de recurso no momento do lançamento da receita, para os casos em que não há rateio de percentual entre as fontes. |
| 44 | Incluir receitas extra-orçamentárias identificando a fonte de recursos. |
| 45 | Efetuar os lançamentos contábeis de receitas, dedução de receitas, receita extra-orçamentária, movimentações bancárias, transferências financeiras e pagamentos efetuados, automaticamente nos sistemas financeiro, orçamentário, patrimonial e de compensação conforme necessário. |
| 46 | Permitir consultar, na própria rotina de inclusão, para cada receita, dedução de receita, receita extra-orçamentária, transferência financeira e pagamentos efetuados os lançamentos contábeis, permitindo estorná-los fazendo automaticamente os lançamentos contábeis do estorno e mantendo registro da situação. |
| 47 | Ter integração com o sistema tributário fazendo os lançamentos das receitas tributárias na contabilidade. |
| 48 | Permitir efetuar os lançamentos de movimentação bancária (depósitos, transferências, resgates e aplicações), informando as fontes/destinações de recursos. |
| 49 | Controlar os saldos por conta bancária, e por fonte/destinação de recursos no momento dos lançamentos das suas movimentações (depósitos, transferências, resgates e aplicações). |
| 50 | Permitir informar as transferências financeiras da Administração Direta e/ou Indireta, identificando o tipo da transferência (Concedida/Recebida) e a entidade recebedora. |
| 51 | Permitir criação de um lote com diversas liquidações e notas extras para pagamento posterior, definindo a data de vencimento, podendo ser pago através da rotina de pagamento ou envio/baixa de borderô. |
| 52 | Permitir na inclusão de pagamentos a consulta do saldo da conta bancária, bem como o saldo por fonte/destinação de recursos. |
| 53 | Efetuar o controle automático dos saldos das contas bancárias, apontando eventuais estouros |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|----------------------------------|---|
| | de saldos e estouros de saldos por vínculo de recursos. |
| 54 | Permitir no mesmo lote de pagamento incluir empenhos, restos a pagar e notas extra-orçamentárias. |
| 55 | Permitir controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, visando o controle dos pagamentos em ordem cronológica. |
| 56 | Permitir a emissão de borderôs para agrupamento de pagamentos a diversos fornecedores contra o mesmo banco da entidade. Efetuar o mesmo tratamento para os pagamentos individuais. |
| 57 | Permitir filtrar os itens a pagar por data de vencimento, credor, destinação/ fonte de recursos e com possibilidade de selecionar e pagar simultaneamente os registros mostrados. |
| 58 | Permitir no momento do pagamento informar o número da parcela do convênio que está sendo paga. |
| 59 | Permitir efetuar pagamentos no valor total ou parcial. |
| 60 | Emitir as ordens de pagamento de restos a pagar, despesa extra orçamentária e de empenhos. |
| 61 | Permitir o estorno total ou parcial dos pagamentos e a emissão da nota de estorno. |
| 62 | Possuir consulta única de cheques emitidos na rotina de pagamentos e de cheques avulsos, que permita a reimpressão do cheque e a emissão de cópia de cheques a qualquer momento e que na cópia de cheque detalhe os pagamentos efetuados. |
| 63 | Possuir conciliação bancária, permitindo visualizar os lançamentos contábeis e a movimentação bancária numa única tela. |
| 64 | Permitir na conciliação bancária, selecionar múltiplos lançamentos contábeis exibindo a soma dos mesmos e permitindo conciliar com um ou vários registros do extrato. |
| 65 | Permitir a conciliação de forma parcial. A medida que os valores vão sendo conciliados deverão ser ocultados da consulta de lançamentos a conciliar, facilitando a conferência dos valores que ainda não foram conciliados. |
| 66 | Possuir consulta das aplicações financeiras, dos resgates de aplicação, das transferências bancárias e dos depósitos efetuados. |
| 67 | Emitir relatórios dos pagamentos efetuados com cheque. |
| 68 | Emitir demonstrativo diário de receitas arrecadadas e despesas realizadas. |
| 69 | Emitir relatório de disponibilidade de caixa por fonte de recursos. |
| 70 | Permitir a emissão do extrato do credor, demonstrando informações dos empenhos e dos restos a pagar na mesma opção. |
| CONTABILIDADE PATRIMONIAL | |
| 71 | Controlar o cadastro de contas em formato de plano de contas único, onde alterações, exclusões e inclusões no plano devem ser visualizadas por todas as entidades. |
| 72 | Utilizar rotina de eventos para todas as rotinas existentes no sistema, permitindo a visualização dos lançamentos contábeis efetuados trazendo histórico padrão para cada evento utilizado. |
| 73 | Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas. |
| 74 | Efetuar os lançamentos contábeis de depreciação, amortização e exaustão conforme o caso, reavaliação, alienação e baixa dos bens patrimoniais integrado com o Patrimônio. |
| 75 | Permitir o gerenciamento das notas de despesa extra orçamentárias e dos seus estornos. |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|----------------------------|---|
| 76 | Possuir consulta unificada dos lançamentos contábeis efetuados nas diversas rotinas do sistema. |
| 77 | Possuir consulta dos saldos das contas contábeis e dos saldos por vínculo de recursos de cada conta, demonstrando os valores mês a mês. |
| 78 | Gerar automaticamente os lançamentos de abertura do orçamento anual demonstrando na rotina o total a ser lançado de receita e de despesa. |
| 79 | Permitir efetuar prévia de encerramento do exercício, com geração de lançamentos contábeis, a qualquer momento da execução orçamentária para conferência dos relatórios. |
| 80 | Permitir excluir os lançamentos de prévia de encerramento para voltar aos valores originais da execução orçamentária. |
| 81 | Efetuar antes do encerramento consistência da base de dados com emissão de relatório de inconsistências. |
| 82 | Permitir a anulação de empenhos estimativos para que os mesmos não sejam inscritos em restos a pagar. |
| 83 | Efetuar a inscrição dos restos a pagar individualmente para os empenhos do exercício que serão inscritos e para os restos de exercícios anteriores, demonstrando quais os valores processados e não processados. |
| 84 | Emitir os relatórios de disponibilidade por fonte/destinação de recursos: - Apuração do Saldo das Disponibilidades de Recursos - Saldo Bancário por Destinação de Recursos - Saldo de DDOs por Fonte - Demonstrativo das Disponibilidades por Fonte |
| PRESTAÇÃO DE CONTAS | |
| 85 | Emitir os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária de acordo com a Portaria da STN vigente para o período de emissão e os Relatórios de Gestão Fiscal. |
| 86 | Emitir os relatórios Anuais Obrigatórios consolidando por entidade: Anexo 10 - Comparativo Receita Orçada com Arrecadada (Lei 4320/64) Anexo 11- Comp. Desp. Autorizada c/ Realizada Anexo 12 - Balanço Orçamentário (Lei 4320/64) Anexo 13 - Balanço Financeiro (Lei 4320/64 art.103) Anexo 14 - Balanço Patrimonial (Lei 4320/64 art.105) Anexo 15 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Lei 4320/64) Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (Lei 4320/64) Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante (Lei 4320/64) |
| 87 | Emitir relatórios de acompanhamento da programação financeira em atendimento aos Artigos 8º ao 13º da LRF: Cronograma de Desembolso - Por Modalidade Cronograma de Desembolso - por Órgão e Unidade Meta do Resultado Primário Metas Arrecadação de Receita Programação Financeira da Receita Receitas por Destinação de Recursos |
| 88 | Emitir os relatórios com as informações para SIOPS e SIOPE. |
| 89 | Emitir relatório de Notificação de Recebimento de Recursos em atendimento a LEI 9452/97. |



| | |
|-----------------------------|--|
| 90 | Emitir relatórios de despesa orçamentária e restos a pagar, para auxiliar a prestação de contas ao SISTN. |
| COMPRAS E LICITAÇÕES | |
| 1 | Possibilitar o acompanhamento dos processos licitatórios, envolvendo as etapas de preparação até o julgamento, publicando, registrando as atas, deliberação, mapa comparativo de preços, interposição de recurso, anulação, revogação, parecer jurídico, homologação e adjudicação, autorizações de fornecimento e contratos e aditivos. |
| 2 | Registrar os processos licitatórios contendo todos os dados necessários para sua identificação, como o número, o objeto, a modalidade de licitação, as datas de abertura e recebimento dos envelopes, possibilitando identificar se o mesmo já possui cadastrado o texto de edital. |
| 3 | Permitir controlar toda compra direta, acompanhando o processo desde a solicitação até a entrega do bem ao seu destino. |
| 4 | Possibilitar que seja efetuada a requisição de materiais ou serviços via sistema. |
| 5 | Permitir identificar em quais processos licitatórios determinados fornecedor participou, visualizando a situação do fornecedor para cada item do processo (vencedor, perdedor, não cotou). |
| 6 | Permitir o controle das despesas realizadas e a realizar de mesma natureza com dispensa de licitação, para que não ultrapasse os limites legais. |
| 7 | Permitir a integração com sistema de contabilidade, no que se refere ao bloqueio do valor da despesa previsto no processo licitatório, na compra direta ou termo Aditivo. |
| 8 | Possibilitar, no cadastro de materiais, a consulta de forma geral, por grupo e classe, por palavra chave, permitindo verificar dados sobre a última compra do material selecionado, como data, quantidade, preço e fornecedor. |
| 9 | Permitir o cadastramento de comissões: permanente, especial, pregoeiros e leiloeiros, informando as portarias ou decretos que as designaram, com suas respectivas datas de designação e expiração, permitindo informar também os seus membros e funções designadas. |
| 10 | Emitir Certificado de Registro Cadastral, controlando a seqüência do Certificado, visualizando todos os dados cadastrais, o ramo de atividade, a documentação apresentada e respectiva data de validade.. |
| 11 | Permitir controle da data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer. |
| 12 | Emitir todos os relatórios necessários exigidos por Lei. |
| 13 | Possibilitar a geração de arquivos para o Tribunal de Contas do estado. |
| 14 | Permitir a gravação em meio magnético dos itens da licitação para ser enviado aos fornecedores, para facilitar a coleta itens com os respectivos preços na apresentação. |
| 15 | Controlar as quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente. |
| 16 | Permitir gerar um processo administrativo ou de compra a partir da coleta de preços, tendo como base para o valor máximo do item do processo, o preço médio ou menor preço cotado para o item na coleta de preços. |
| 17 | Emitir relatórios para controle de vencimento dos contratos, autorizações de fornecimento e termos aditivos de Contratos. |
| 18 | Possuir histórico do contrato, permitindo a seleção do tipo de histórico (acrécimo, diminuição, equilíbrio, rescisão ou outros) e também, possibilitar a visualização do tipo de alteração (bilateral ou unilateral). |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|----|--|
| 19 | Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer) |
| 20 | Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação para cada item do processo (vencedor, perdedor, não cotou). |
| 21 | Controlar as solicitações de compra por centro de custo, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo. |
| 22 | Possibilitar o controle das solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas. |
| 23 | Permitir a emissão da autorização de compra ou serviços por centro de custo, por dotação ou global. |
| 24 | Permitir que os itens do processo sejam separados por centro de custo com suas respectivas quantidades, possibilitando ainda, a separação por despesa. |
| 25 | Controlar as requisições ou autorizações pendentes. |
| 26 | Permitir criar modelos de editais, contratos, autorização de compras. |
| 27 | Possuir classificação das propostas do Pregão Presencial automaticamente, conforme critérios de classificação impostos na legislação (Lei 10.520/2002). |
| 28 | Permitir efetuar lances para a modalidade de “Pregão Presencial”. |
| 29 | Emitir a ATA do Pregão Presencial e histórico com os lances. |
| 30 | Não permitir utilizar dotação sem saldo contábil. |
| 31 | Permitir a configuração das assinaturas nos relatórios |
| 32 | Permitir a geração de desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo. |
| 33 | Registrar a rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial. |
| 34 | Permitir registrar a suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado. |
| 35 | Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme Artigo 16 da Lei 8.666/93. |

RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO

Recursos Humanos

| | |
|---|--|
| 1 | Possuir cadastro de funcionários com todos os campos que possibilite a dispensa do livro de registro dos funcionários, além de permitir a inserção de novos campos para cadastramento de informações diversas. |
| 2 | Permitir informar o vínculo que o funcionário teve e/ou tem com o órgão, com no mínimo os seguintes dados: regime jurídico, cargo, salário, data de nomeação, data de posse, data de admissão, data de término de contrato temporário, lotação, vínculo previdenciário, matrícula previdenciária, horário de trabalho e local de trabalho. |
| 3 | Permitir que o usuário controle mais do que uma previdência para cada funcionário. |
| 4 | Permitir o cadastro de funcionários em diversos regimes jurídicos, tais como: celetistas, estatutários, contratos temporários, emprego público, estagiário e cargos comissionados. |
| 5 | Possuir controle de estagiários vinculados com a entidade, incluindo a sua escolaridade. |
| 6 | Permitir a inclusão da foto no cadastro do funcionário e que a mesma fique armazenada no banco de dados, podendo ser cadastrada mais do que uma foto por funcionário. |
| 7 | Permitir que seja impressa a foto na Ficha de Registro do Funcionário. |
| 8 | Permitir registrar todas as portarias do funcionário e anexar documento digitalizado da portaria. |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|---------------------------|---|
| 9 | Possuir cadastro dos concursos públicos e processos seletivos, incluindo os candidatos inscritos, indicando o cargo para o qual o candidato se inscreveu se foi aprovado ou não, sua classificação e a nota final. |
| 10 | Possuir parametrização de férias especiais, possibilitando indicar o número de dias de direito de gozo de férias para o número de meses trabalhados. |
| 11 | Possibilitar relacionar para cada funcionário a parametrização das férias especiais. |
| 12 | Possuir cadastro de férias calculadas, possibilitando ao usuário identificar para cada período aquisitivo, os dias de férias calculados. |
| 13 | Possuir cálculo de férias, possibilitando a baixa automática dos dias de gozo e pecúnia de dois períodos aquisitivos diferentes. |
| 14 | Possuir consulta de posição de férias, indicando para cada período aquisitivo, o período de gozo e o período calculado. |
| 15 | Permitir cálculo de férias individual e coletivas de forma automática e sem programação prévia, com opção de seleção por funcionários e organograma, indicando apenas a seleção e a quantidade de dias a gozar e o sistema deve iniciar dos períodos aquisitivos mais antigos para os mais recentes, calculando as férias e baixando os períodos automaticamente. |
| 16 | Permitir consultar todos os períodos de férias detalhadamente, saldo disponível, abonado e gozado, com seus respectivos períodos de lançamento. |
| 17 | Permitir o controle de férias, possibilitando que as mesmas sejam pagas em um período e gozadas em outro. |
| 18 | Permitir o lançamento de mais de um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de licença prêmio. |
| 19 | Permitir o lançamento de licença prêmio em gozo e pecúnia para o mesmo período aquisitivo. |
| 20 | Permitir o controle para compensação de horas extras e folgas. |
| 21 | Possibilitar o registro de tempo de serviço cumprido em outras entidades e/ou empresas. |
| 22 | Emitir Certidão de Tempo de Serviço. |
| 23 | Emitir Certidão de Tempo de Serviço Consolidada, incluindo todos os vínculos do servidor com o órgão. |
| 24 | Emitir Certidão de Tempo de Serviço para fins de aposentadoria. |
| 25 | Permitir o Funcionário efetuar solicitação de férias via Portal Web. |
| 26 | Possibilitar o Funcionário emitir Certidão de Tempo de Serviço via Portal Web. |
| 27 | Permitir o Funcionário a consulta e emissão do comprovante de rendimento via Portal Web. |
| 28 | Permitir protocolar solicitações diversas pelo Funcionário através do Portal Web para o setor de Recursos Humanos. |
| 29 | Disponibilizar consulta e emissão do recibo de pagamento via Portal Web. |
| 30 | Possibilitar a consulta de autenticidade do recibo de pagamento emitido via Portal Web. |
| 32 | Mantém histórico mensal de todos os cadastros de cada funcionário e seus pagamentos. |
| 33 | Permitir visualizar as verbas que compõem as médias de férias antes do cálculo. |
| Folha de Pagamento | |
| 34 | Gerar empenho de contabilização automático para a contabilidade, evitando trabalhos de digitação para empenhamento. |
| 35 | Permitir gerar empenhamento automático para a contabilidade por funcionário. |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|--------------------------------|--|
| 36 | Possibilitar a inclusão dos autônomos no arquivo da SEFIP/GFIP de forma automática, buscando os dados necessários diretamente na base contábil, sem necessidade de intervenção manual. |
| 37 | Permitir o cadastro das empresas que fornecem o vale-transporte. |
| 38 | Permitir a configuração dos roteiros para os quais serão utilizados os vales-transporte. |
| 39 | Permitir o registro da quantidade de vales-transporte diários ou mensal utilizados pelo funcionário no percurso de ida e volta ao local de trabalho. |
| 40 | Permitir informar se deverá ser descontado ou não vale-transporte do funcionário. |
| 41 | Permitir a configuração da verba para desconto do vale-transporte em folha de pagamento. |
| 42 | Descontar automaticamente o vale-transporte em folha de pagamento. |
| 43 | Emitir mapa de custo do vale-transporte, discriminando a parcela custeada pelo funcionário e a parcela a cargo da entidade. |
| 44 | Permitir configurar a fórmula de cálculo de qualquer provento ou desconto, adequando o cálculo da folha de pagamento ao estatuto da unidade gestora, a qual poderá ser administrada pelo próprio usuário do sistema. |
| 45 | Permitir o lançamento de proventos/descontos fixos para determinado período. |
| 46 | Permitir a importação de dados via arquivo de texto, de valores a serem consignados em folha. |
| 47 | Permitir o desconto e o pagamento de pensão alimentícia para vários dependentes de um mesmo funcionário de acordo com cada sentença. |
| 48 | Emitir recibos para pagamento de pensão judicial e por morte. |
| 49 | Permitir informar valores de IR ou base de cálculo e descontos já apurados em outras empresas. |
| 50 | Permitir informar valores de previdência ou base de cálculo e descontos já apurados em outras empresas. |
| 51 | Permitir o cálculo automático da diferença entre um cargo comissionado e um cargo de concurso, quando um concursado assume a vaga, permitindo ainda a opção por um percentual deste valor. |
| 52 | Permitir o lançamento automático de afastamento do funcionário que influenciam nos períodos de férias e licença prêmio. |
| 53 | Permitir o cadastro e consulta de bases de cálculo, detalhando os eventos que a compõe. |
| 54 | Possibilidade de calcular todos os tipos de folha em uma única tela. Com possibilidade de opção de filtros com todos os campos existentes no cadastro de funcionário. |
| 55 | Possibilitar a visualização de todos os pagamentos do funcionário ou dentro de um determinado período. |
| 56 | Possibilitar a visualização das bases de cálculo utilizadas no cálculo dos proventos e descontos. |
| 57 | Possibilitar cadastro de admissões futuras. |
| 58 | Possibilitar que os usuários trabalhem em competências diferentes. |
| 59 | Possibilitar o cálculo automático do DSR (Descanso Semanal Remunerado). |
| 60 | Possibilitar o cálculo de margem consignável através de relatório, descontando os empréstimos consignados existentes para o funcionário. |
| PORTAL DA TRANSPARÊNCIA | |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

| | |
|----|--|
| 1 | Atender as Leis Complementares nº. 101 e nº. 131 da Secretaria do Tesouro Nacional. |
| 2 | Atender aos anexos da Lei nº. 9.755/98 do TCU. |
| 3 | Permitir consultar as informações básicas sobre contratos, convênios, Compras e Licitações diretas. |
| 4 | Permitir consultas aos tributos arrecadados/receitas orçamentárias e receitas extra-orçamentárias. |
| 5 | Permitir consultas de empenhos emitidos, empenhos liquidados e pagamentos efetuados. |
| 6 | Permitir consultar os detalhamentos de empenhos onde constem os dados referentes ao histórico do empenho, número e modalidade da licitação e número do contrato. |
| 7 | Permitir consultar o detalhamento de contratos onde conste o objeto do contrato, valor do contrato e as certidões do fornecedor. |
| 8 | Permitir consultas ao plano de cargos e salários e também os funcionários com sua referida função e lotação. |
| 9 | Permitir ordenação das consultas por códigos, valores, nomes e tipos, sempre que as informações não sejam relatórios definidos em Lei. |
| 10 | Permitir acesso às informações de forma consolidada e por Entidade gestora municipal. |
| 11 | Permitir consulta de informações por período. |
| 12 | Exibir informações em formato de gráfico (colunas e outros). |
| 13 | Disponibilizar as informações em tempo real no portal, sem necessidade de digitação, exportação ou importação de dados. |
| 14 | Permitir consulta a informações básicas sobre contratos, convênios, Compras e Licitações diretas. |
| 15 | Permitir consultas aos tributos arrecadados/receitas orçamentárias e receitas extra-orçamentárias. |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS

| Sistema para o Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí: |
|--|
| a) Planejamento (PPA, LDO e LOA) |
| b) Contabilidade Pública |
| c) Compras e Licitações |
| d) Recursos Humanos e Folha de Pagamento |
| e) Patrimônio |
| f) Portal da Transparência |
| VALOR BASE: |
| Implantação dos softwares: R\$11.790,00 , sendo: <ul style="list-style-type: none">- Consultoria administrativa para diagnóstico de ambiente, rotinas, legislação e processos;- Configuração dos sistemas e instalação dos aplicativos;- Diagnóstico de leis, rotinas e processos;- Migração e habilitação para uso;- Habilitação do sistema para uso, treinamento e acompanhamento inicial dos usuários. |
| Licenciamento de softwares, suporte técnico operacional e provimento de datacenter para 12 meses, R\$ 35.139,96 |
| Serviços Técnicos: R\$ 13.358,33 Sendo distribuído da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none">- 50:00 (cinquenta) horas de serviços de atendimentos (técnico local e técnico remoto) ao custo estimado de R\$ 148,00 a hora, totalizando em R\$7.400,00- 25:00 (vinte e cinco) horas de customizações nos softwares ao custo estimado de R\$238,33 a hora, totalizando em R\$5.958,25 |
| TOTAL MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 60.288,21 (sessenta mil e duzentos e oitenta e oito reais e vinte e um centavos) |



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2016
ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. A empresa (qualificar endereço, CNPJ, representante legal) vem apresentar e submeter a apreciação de Vossas Senhorias a proposta de preço para o fornecimento de licenças de uso de soluções informatizadas (softwares) para gestão pública, referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2016 conforme planilha de preço a seguir.

1.1. IMPLANTAÇÃO:

| Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí | | VALOR (R\$): |
|---|---------------------------------------|--------------|
| a) | Planejamento (PPA, LDO e LOA) | |
| b) | Contabilidade Pública | |
| c) | Compras e Licitações | |
| d) | Recursos Humanos e Folha de Pagamento | |
| e) | Patrimônio | |
| f) | Portal da Transparência | |
| TOTAL GERAL | | |

1.2. LICENÇA DE USO, SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E PROVIMENTO DE DATACENTER PARA 12 MESES:

| Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí | | VALOR MENSAL | VALOR PARA 12 MESES |
|---|---------------------------------------|--------------|---------------------|
| a) | Planejamento (PPA, LDO e LOA) | | |
| b) | Contabilidade Pública | | |
| c) | Compras e Licitações | | |
| d) | Recursos Humanos e Folha de Pagamento | | |
| e) | Patrimônio | | |
| f) | Portal da Transparência | | |
| TOTAL GERAL | | | |

1.3. SERVIÇOS TÉCNICOS:

| ITEM | QUANTIDADE ESTIMADA | UNIDADE DE MEDIDA | ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO OU TECNOLOGIA | VALOR HORA | VALOR TOTAL |
|------------------------|---------------------|-------------------|---|------------|-------------|
| 1.3.1. | 50:00 | Hora trabalhada | Serviços de atendimento técnico local e atendimento técnico via conexão remota. | | |
| 1.3.2 | 25:00 | Hora trabalhada | Serviços de customização em softwares. | | |
| VALOR TOTAL R\$ | | | | | |

1.4. TOTAL GERAL CONSOLIDADO [Somar total tabelas 1.1, 1.2 e 1.3, relativamente aos preços para implantação, licença de uso, provimento de data center e serviços de técnicos]:R\$ (.....)

Concordamos em manter a validade desta proposta pelo prazo de 90 dias.

Nome da Proponente
Nome do Representante Legal
CNPJ/MF:



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

_____, inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a)
_____ portador (a) da Carteira de Identidade
nº _____, CPF nº _____ DECLARA, para fins
do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

Data

Identificação da empresa e assinatura do representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

ANEXO V

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em ____ de _____ de _____.

Assinatura do Credenciante



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06,
com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.**

Referência: Pregão Presencial nº 003/2016

....., inscrita
no CNPJ nº....., por intermédio de seu Contador, o (a) Sr.(a.)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....
..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital
de Pregão Presencial nº 003/2016, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da
lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar
nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo
3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(data)

.....
(assinatura do Contador)



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

ANEXO VII

MODELO DE MINUTA DO CONTRATO

Pelo presente instrumento particular de **CONTRATO**, vinculado ao **Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2016**, de um lado o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUÍ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº. _____, com endereço à Rua _____, nº. _____, nesta cidade, neste ato representado pelo Presidente do Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí, Sr. _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº _____ e CPF/MF nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, CEP _____, nesta cidade, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com endereço a Avenida/Rua: _____, CEP/cidade/estado, neste ato representada pelo seu Diretor/Representante Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, empresário, portador do RG nº. _____/UF e no CPF/MF nº. _____, residente e domiciliado à Av./Rua: _____, CEP/cidade/estado, a seguir denominada **CONTRATADA**, as partes devidamente qualificadas e acordadas firmam o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como pelas condições do Edital supracitado e pelos termos da proposta da **CONTRATADA**, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para **provimento softwares, serviços e datacenter**, destinada a atender demanda do **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí**, conforme segue:

- a) Programas de Planejamento (PPA, LDO e LOA)
- b) Programas de Contabilidade Pública;
- c) Programas de Compras e Licitações;
- d) Programas de Recursos Humanos e Folha de Pagamento;
- e) Programas de Patrimônio;
- f) Portal da Transparência;

1.2. Estrutura de datacenter;

1.3 Fica a **CONTRATANTE** ciente que os softwares, objeto deste contrato são de propriedade única e exclusiva da **CONTRATADA**, ficando proibido qualquer desenvolvimento dos programas ou eventual sublocação dos mesmos por parte da **CONTRATANTE**, sendo os direitos da **CONTRATANTE** restritos ao uso de tais programas.

CLAUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO:

2.1. Os serviços de responsabilidade da Contratada, mencionados na Cláusula Primeira deste contrato, serão desenvolvidos, de acordo com a orientação técnica e metodológica, que possam caso necessário, integrar o presente contrato.

2.2. Os serviços serão executados de forma indireta, no regime de empreitada global, o pagamento será conforme abaixo discriminado, não podendo ser cedido ou sublocado,



excetuado aquele motivo por força maior ou caso fortuito, o que dependerá de prévia anuência da CONTRATADA.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

- 3.1. Conforme proposta apresentada e adjudicada, o valor global do contrato é de R\$ (..... reais), subdividindo-se em:
- 3.2. R\$ valores pertinentes a implantação dos softwares.
- 3.3. R\$ valores pertinentes a licença de uso, suporte técnico operacional, e provimento de datacenter.
- 3.4. R\$ valores pertinentes a customizações, atendimento técnico local, e atendimento via conexão remota.
- 3.5. Havendo prorrogação de prazo contratual, os valores acima mencionados sofrerão reajuste baseado no índice IGP-M.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 4.1. O valor do contrato ajustado entre as partes será liquidável da seguinte forma:
 - d) Implantação dos softwares: o pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, em uma parcela, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, com vencimento da primeira a contar 30 (trinta) dias da emissão da ordem de serviço e início dos serviços de implantação;
 - e) Licença de uso, provimento de data center e suporte técnico operacional, deverão ser pagos em parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da 1ª (primeira) parcela em 30 (trinta) dias da instalação da solução integrada de gestão pública (softwares) e as demais sucessivamente, sempre de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias do 1º (primeiro) vencimento.
 - f) Customizações, atendimento técnico local e atendimento via conexão remota: valor por hora técnica autorizada e efetivada, a ser pago em conjunto com as parcelas mensais.
- 4.2. Em caso de atraso nos pagamentos supracitados, incidirão sobre os mesmos, multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (um por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

- 5.1. O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se em __/__/__, com término em __/__/__.
- 5.2. A CONTRATANTE é ciente que o prazo de validade das licenças de uso dos softwares, objetos deste contrato cessa no momento do término do mesmo, o seu uso, posterior sem a devida prorrogação ou contratação, constitui ofensa a lei 9.069/98.
- 5.3. O prazo assinalado poderá ser prorrogado conforme prevê o artigo 57, inciso IV da Lei de Licitações – 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 6.1. Instalar o sistema de sua propriedade, autorizados formalmente pela CONTRATANTE, através de ordem de início de serviço, no prazo máximo declarado no presente contrato.
- 6.2. Sempre que necessário ou solicitado pela CONTRATANTE, atualizar e/ou melhorar o



sistema locado, na versão adquirida, de forma a atender a legislação vigente, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado, nos casos que não exijam customização do sistema contratado.

6.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

6.4. Executar satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais o serviço ajustado nos termos da cláusula primeira.

6.5. Utilizar na execução do serviço contratado pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.

6.6. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.

6.7. Manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento do projeto, prestando-lhe(s) as informações necessárias.

6.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato.

6.9. Desenvolver todas as atividades constantes no presente edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo.

6.10. Prestar suporte técnico na forma e nos prazos estabelecidos no Edital.

6.11. Tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas do **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí**, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

7.1. Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários à prestação dos serviços, assim como dispor de equipamentos de informática adequados para instalação do sistema.

7.2. Cumprir todas as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA.

7.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços.

7.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na cláusula quinta.

7.5. Fornecer todo o material necessário para o bom andamento dos trabalhos, quando solicitado pela CONTRATADA.

7.6. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

7.7. Designar um técnico devidamente capacitado para acompanhar a implantação do sistema e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa do projeto.

7.8. Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema, incluindo:

7.8.1. Assegurar a configuração adequada de máquina e instalação do sistema.

7.8.2. Manter backup adequado para satisfazer às necessidades de segurança, assim como “restart” e recuperação no caso de falha de máquina.

7.8.3. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

7.9. Caberá a CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a instalação dos softwares do seu interesse e os serviços de assistência técnica, customizações ou de consultoria necessários a CONTRATANTE.



7.10. Usar os softwares aplicativos objeto do presente contrato exclusivamente na unidade da CONTRATANTE, vedada a sua cessão a terceiros a qualquer título.

7.11. Não permitir que pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA tenham acesso aos softwares e sistema de informações de sua propriedade, bem como, somente permitir acesso aos softwares, de técnicos com identificação e credencial da CONTRATADA e munidos da respectiva ordem de serviço ou documento que o substitua, emitido pela CONTRATADA.

7.11.1. Mediante o presente contrato de cessão de direito de uso fica a CONTRATANTE responsável integralmente pela proteção e guarda dos softwares aplicativos e dos arquivos de dados, não podendo permitir, em relação aos softwares, a sua modificação, divulgação, reprodução ou uso não autorizado pelos agentes, empregados ou prepostos da CONTRATANTE, respondendo por quaisquer fatos dessa natureza, sendo expressamente vedado ao CONTRATANTE, sem expressa autorização escrita da CONTRATADA, copiar ou reproduzir os softwares ou qualquer parte do material que os integra, transferi-los, fornecê-los ou torná-los disponíveis a terceiros, no todo ou em parte, seja a que título for e sob qualquer modalidade, gratuita ou onerosa, provisória ou permanente.

7.11.2. No caso de descumprimento por parte da contratante e/ou terceiros autorizados, no que tange a “proteção e guarda dos softwares aplicativos e dos arquivos de dados do sistema aplicativo”, pode a Contratante ser penalizada, conforme disposições da Lei 9609/98 em seu Capítulo V, artigos e incisos.

CLÁUSULA OITAVA – LIMITAÇÕES DE SERVIÇOS:

8.1. Os serviços previstos no presente contrato, não incluem reparos de problemas causados por:

- a) Condições ambientais de instalação ou falhas causadas pela ocorrência de defeito na climatização ou condições elétricas inadequadas.
- b) Vírus de computador e/ou assemelhados.
- c) Acidentes, desastres naturais, incêndios ou inundações, negligência, mau uso, imperícia, atos de guerra, motins, greves e outros acontecimentos que possam causar danos nos programas, bem como, transporte inadequado de equipamentos.
- d) Uso indevido dos programas licenciados, problemas na configuração de rede, uso de rede incompatível, uso indevido de utilitário ou de computador.

8.2. A contratada fornecerá serviços somente para a versão corrente contratada e instalada.

8.3. A **CONTRATADA** publicará a atualização e a release dos programas em FTP, não tendo qualquer responsabilidade sobre os serviços de instalação, capacitação e treinamento para usuários em seu manuseio.

8.4. Instalação de novas versões, atualizações ou releases serão cobrados separadamente.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Os recursos são recursos próprios do orçamento vigente e futuro já aprovado;

9.2. A dotação orçamentária correrá por conta de verbas codificadas sob os números adiante descritos:

Órgão: 01 – Administração Geral

Unidade Orçamentária: 001 – Administração do Consórcio

Projeto Atividade: 2001 – Manutenção das Atividades do Consórcio

Elemento da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de terceiros - pessoas jurídicas

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:



10.1. Em conformidade com o art. 65, II da Lei 8.666/93, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes e poderão ser realizadas mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO:

11.1. São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento.

- a) O descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a execução do objeto do contrato.
- b) O desatendimento às determinações necessárias a execução contratual.
- c) A prática reiterada, de atos considerados como faltosos, os quais devem ser devidamente anotados, nos termos do §1º do art. 76 da lei federal 8.666/93.
- d) A dissolução da sociedade, a modificação da modalidade ou da estrutura da empresa desde que isso venha a inviabilizar a execução contratual.
- e) Razões de interesse público, devidamente justificados.
- f) A subcontratação parcial ou total, cessão ou transferência da execução do objeto do contrato.

11.2. A rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, nos casos elencados no art. 78, inciso I a XII, da lei 8.666/93.

11.3. As partes poderão, observada a conveniência segundo os objetivos da administração promover a rescisão amigável do contrato, através do próprio termo de destrato.

11.4. Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da CONTRATANTE, fica esta obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

12.1. Os preços dos serviços e produtos aqui contratados são fixos e irremovíveis durante os primeiros 12 (doze) meses a execução deste contrato, exceto em caso de aditamento do objeto, quando se reajustará conforme disposto no item 3.5 da Cláusula Terceira.

12.2. Havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverá ser observado o estabelecido nos artigos 58 e 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. O presente contrato obedecerá à lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicando-se as sanções nela prevista por qualquer descumprimento com as obrigações assumidas em decorrência do presente instrumento.

13.2. O atraso no pagamento de quaisquer notas fiscais apresentadas, em prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços e das garantias concedidas.

13.3. Considerar-se-á como data da homologação a do efetivo início de funcionamento da **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí** com o sistema objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1. Em exigência ao disposto no art. 55 § 2º da Lei 8.666/93, as partes elegem de comum acordo o foro da Comarca de Sobradinho (RS), para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer.

14.2. E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assina o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que tudo



Estado do Rio Grande do Sul
Consórcio Intermunicipal do Vale do Jacuí

presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

Sobradinho (RS), ____ de _____ de 2016.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO JACUÍ (CONTRATANTE)

Nome da empresa
REPRESENTANTE LEGAL (CONTRATADA)

Testemunhas:
